

TAXA PAGA



Blumenau em cadernos

TOMO XIII ★ JULHO DE 1972 ★ Nº. 7

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústrias Têxteis Companhia Hering S/A.

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Emprêsa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Banco Brasileiro de Descontos S/A.

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kühnrich - Blumenau

Blumenau

em Cadernos

TOMO XIII

Julho de 1972

Nº. 7

AINDA SOBRE INDARTE

A. A. da LUZ

O Poeta Argentino que morreu, em 1845, no Destêrro (Florianópolis)

No número 4 do tomo XII (abril de 1971) de «Blumenau em Cadernos», o ilustre e prezado professor Altino Flôres publicou uma biografia e uma notícia sobre o poeta e jornalista argentino, ou melhor cordobês, José Rivera Indarte, que terminou sua acidentada e curta vida na cidade de Destêrro, na ilha de Santa Catarina, em meados do século passado.

Era, como tantos outros, um imigrado argentino, anti-rosista (depois de ter sido um fervoroso rosista) que fugia da ditadura sanguinária de Juan Manoel Rosas, que por 30 anos governou Buenos Aires e as outras províncias do Rio da Prata.

Depois de lermos o trabalho do Prof. Altino, que veio chamar a atenção para fatos ignorados pelos atuais catarinenses, inclusive por nós, conseguimos obter ainda mais alguns dados sobre esse assunto, e como ainda pairam algumas dúvidas sobre este personagem da História Argentina e o paradeiro dos seus restos mortais, não nos furtamos a dar-lhes publicidade nesta mesma revista, na presunção de que possam ser úteis a outros pesquisadores.

Em Buenos Aires, na sua fase inicial de partidário de Rosas, Indarte compôs o «Hino dos Restauradores e o Hino Nacional» e colaborou no «Restaurador das Seis», jornal que era o mais autorizado eco da tertúlia de D. Encarnacion (a esposa de Rosas, que manobrava a política

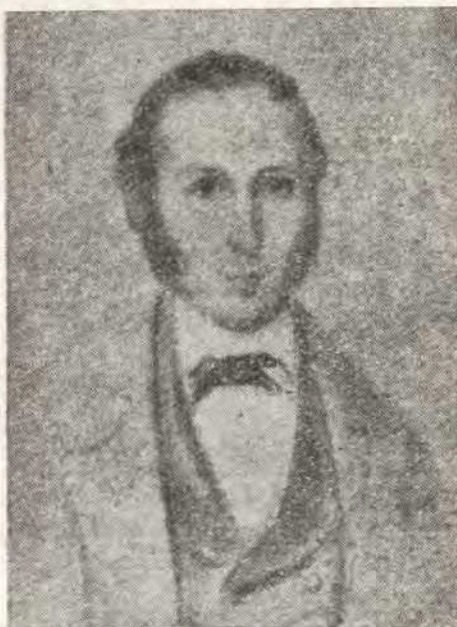
e depois veio apoiar a obra de mazorca). Desta época resultou e ficou a antipatia dum certo número de anti-rosistas por Indarte (a quem não perdoaram, mesmo após a sua passagem para os inimigos de Rosas - os «unitários»).

Lê-se á página 17, do Volume 6, da História da República Argentina, de Veray Gonzales (que estampa o retrato de Indarte) o seguinte:

«Então e durante muito tempo depois, este último (Indarte) dedicou suas mais sonoras apóstrofes, fulminou com suas mais violentas imprecações e caluniou conscientemente e sem nenhum reparo os homens que a todo transe queriam sustentar o governo culto e liberal da Balcárce, porque era a única forma que encontravam para libertar a Pátria da tirania que já todos viam ameaçar abertamente, e o fêz com a mesma veemência, com a mesma neurótica exaltação com que anos depois havia de dedicar-se, movido pelo despeito, a apostrofar, fulminar e caluniar a esse mesmo Don Juan Manoel Rosas, a quem agora endeusava, dedicando-lhe os mais rebuscados e melosos termos do dicionário da educação».

Depois de várias peripécias e viagens, Indarte fixou-se em Montevideo, cidade que foi reduto e asilo de anti-rosistas, e aí dirigiu o «El Nacional» (em substituição a Lamas, a Cané e a Alberdi)

jornal que passou a desfrutar prestígio enorme sob sua direção (era o caticismo político dos proscritos argentinos), pois se Indarte realmente tinha falhas morais, era entretanto, apesar da sua juventude, um grande



RIVERA INDARTE (Desenho de Inácio Baz. Museu Histórico da Argentina - Buenos Aires.)

jornalista panfletário.

Sobre Rosas, escrevia: «Conjunto horrible de malvado y loco. Vil assassino, usurpador, tirano. Todo baldon a definirte és poco. Y la lengua fatigas y la mano, Hay corazon que al tuyo no aborrezca?».

Neste tempo, em Montevidéo, o jornalista escreveu abundantemente e aí viu gravar-se a sua tísica (tuberculose pulmonar); viajou depois para o Rio de Janeiro e logo quis regressar. Mas o poeta, deixando Montevidéo, já tinha profetizado a sua sina: «Adios, duíce patria, adios que la suerte, com mano severa, me aleja de ti; talvez me condena a nunca más verte; em tierra extranjera talvez morir».

Ao passar por Santa Catarina (Brasil), ou porque houvesse aí muitos imigrados argentinos ou porque se achasse muito debilitado, ficou residindo na cidade de Nossa Senhora de Destêrro, capital da provincia.

A 19 de agôsto de 1845, contando apenas 31 anos de idade, Rivera Indarte morreu, em consequência de sua tuberculose; foi autopsiado (por qual razão) pelo médico e professor de medicina argentina Juan José Montes de Oca, também imigrado. Foi sepultado no dia seguinte (20 de agôsto de 1945) no antigo cemitério público da cidade de Destêrro, situado então na ponta da ilha que forma o Estreito (e retirado daí em 1926), na sepultura que tomou o 1.106 (Registro do Cemitério, fls 17 verso, do livro nº 2, ainda existente na administração do Cemitério S. Fco. de Assis, em Itacorobi, em Florianópolis). Diz assim o Registro: «José Rivera Indarte - Aos vinte dias do mes de agôsto de mil oitocentos e quarenta e cinco, foi sepultado neste Cemitério Público em sepultura rasa, no lugar número mil cento e seis o corpo de José Rivera Indarte da idade de 30 anos, côr branca, solteiro, natural da República Argentina, falecido no dia dezenove do dito mes do qual para constar faço este termo. Eu Manoel Ignácio de Oliveira, administrador do dito Cemitério, que o escrevi e assinei».

Com sua publicação fica assim retificada a data da morte do poeta: 19-8-1845 (todos dicionários biográficos e enciclopédias dão erradamente o ano de 1844, como o da sua morte).

Em carta de outro imigrado, Julian Paz, para a Argentina, lê-se o seguinte: «Sua sepultura fica bem marcada para quando chegar o momento de transladar seus restos mortais para Buenos Aires, conforme êle me pediu e eu lhe prometi» (tradução da carta, no trabalho de Prof. Altino Flôres).

A propósito da morte do Indarte, disse Bortolomeu Mitre, insigne argentino, no prefácio das poesias do poeta, recopiadas publicadas em 1853: «La Tiranea saludó su muerte com un grito bárbaro de triunfo».

Mas o general José Maria Paz, outro grande argentino, talvez o maior General de sua época e que combateu a vida toda contra Rosas, e era então diretor de Guerra e General em Chefe do Exército Unitário, em Corrientes, ao saber da morte de Indarte (2 meses e meio depois), em ordem do dia de 4-11-1845, proclamou: «El escritor Argentino Dom José Rivera Indarte, redator do célebre periódico «El Nacional», de Montevideo, acaba de morir em tierra extranjera. Sus escritos, asi como todas las producciones de su genio, em largos anos de proscricion, no tiveram más objetos que combatir Rosas e ilustrar la America, la Europa y el mundo todo, sobre las tendencias classicamente anti-sociales del feroz tirano que sojuzgó a la Pátria...»

El efecto de sus palabras, excitando más que simpatias, ha traido sobre la cabeza del tirano el anátema de la ilustracion (as classes ocultas). La Revolucion le debe su concurrencia eficaz, el Ejercito le reconoce, como su digno compañero... E decreta luto, com bandeira à meio mastro, luego que la Pátria sea libre del tirano que la oprime, promoverá ante el Gobierno de ella que los restos de Don José Rivera Indarte sean traídos a su seno y colocados, com el honor correspondiente a sus eminentes servicios en um monumento público. (Gran Enciclopédia Argentina - Ediar - Buenos Aires - titulo Indarte).

Cumpré dizer ainda que o general Paz era irmão do imigrado Julian Paz, que residia no Destêrro (e cuja carta talvez tivesse sido endereçada a êle) e que o general no ano anterior (1844) esteve detido por quarenta dias na Capital de S. Catarina, onde deve ter-se encontrado com Indarte seu companheiro de ideal.

Mas somente sete anos depois da morte do poeta é que se deu a batalha de Montes Caseros (1852) e a fuga de Rosas para a Inglaterra.

O General José Maria Paz, somente após a completa derrocada da Ditadura rosista é que pode voltar à Argentina, onde veio a ocupar ainda altos postos no Exercito e foi Ministro da Guerra, por duas vezes, no novo Governo. Providenciou, por ventura, o general-ministro o prometido á respeito da Transladação dos restos mortais de Indarte? Diante de tão categóricas promessas, dele e do irmão, cremos que sim, apesar de não haver nenhum assentamento da exumação de seus ossos no Cemitério de Destêrro.

Resta aos pesquisadores da história argentina procurar, em Buenos Aires ou em Córdoba (sua cidade natal), alguma notícia a respeito da chegada dos seus restos ou de alguma lápide sobre seu jazigo.

OS ITALIANOS NA ANTIGA COLÔNIA BLUMENAU

(Quando das comemorações do 50º aniversário da fundação de Blumenau, em 1900, publicou-se um album, hoje bastante raro, em que colaboraram vários políticos e intelectuais da época, rememorando fatos e vultos do passado e expondo opiniões e sugerindo medidas tendentes ao desenvolvimento econômico, social e cultural da Comunidade. Entre os colaboradores do Album, contava-se o Dr. Giovanni Rossi, então diretor da Estação Experimental de Agricultura em Rio dos Cedros. Num dos seus artigos, êle se refere às atividades dos colonos italianos, vindos em 1875 para Blumenau, sediando-se em Rodeio, Ascurra, Rio dos Cedros, hoje municípios muito prósperos, desmembrados que foram, em 1934 e 1935 do antigo território colonizado pelo Dr. Blumenau. Traduzimos do italiano, em que foi publicado, os seguintes tópicos do artigo do Dr. Rossi:)

A maior parte da imigração italiana procedia do Trentino, terra que não tinha mais que ligações políticas com os austriacos. Todo o resto era de origem vêneta e lombarda.

A emigração é um daqueles grandes fenômenos que obedecem a leis ainda indistintamente perceptíveis e cujos fatores são múltiplos, nem sempre fáceis de serem determinados.

No caso atual, tratava-se, em geral, de operários que trabalhavam a saldo diário e de pequenos proprietários, cujas condições econômicas haviam piorado, nos últimos anos, em consequência de uma série de más colheitas e daquelas circunstâncias que constituem, na Europa, as crises agrícolas. O terreno, portanto, encontrava-se preparado em razão do descontentamento. Sobreveio, então, a propaganda feita pelos agentes de emigração, um pouco à moda de Port Tarascon.

Lendo, ou ouvindo a leitura

de folhetos otimistas, que eram distribuídos, a gente ficou de cabeça quente e, em 1874, nas aldeias do Trentino, como em muitas outras partes da Itália, não se falava senão na América e, especialmente, no Brasil.

Ainda se cantam as canções americanistas que, há 25 anos atrás, ecoavam pelos vales trentinos:

«Ma cosa saralo st'America?
Un mazzolin di fiori
Ché vien dalla montagna;
Vardé che non se bagna
Ché l'é da regalar.
Il bastimento é pronto
Il marinar va via,
Senti, ho mamma mia
Im Mérica vó andar!

O primeiro grupo de emigrantes que chegou a Blumenau em 1875, experimentou uma certa desilusão ao encontrar, ao invés da esperada cidade, um grupo de baracões e poucas casinhas de madeira. Mas inspirados por aquela espécie de egoísmo humano que

deseja companhia numerosa no perigo e na miséria, muito mais que na segurança e na fartura, os recém-vindos, antes mesmo de provarem as ásperas dificuldades que os aguardavam, escreveram para os seus parentes dizendo acharem-se muito contentes.

Então a corrente emigratória tornou-se irresistível e todo elemento, econômica e psicologicamente predisposto, embarcou nos anos imediatamente sucessivos.

A gente trentina é geralmente forte e sadia, temperada nos ares puros dos Alpes, nos trabalhos de pastoreio e de lavoura. Se as condições econômicas lhes permitissem uma alimentação abundante e substanciosa, sem obrigá-la a um trabalho excessivo, a população trentina estaria em condições físicas ainda bem melhores. Isso poderemos também dizer da população lombarda e vêneta.

A psicologia das populações italianas é bem conhecida e seria ocioso resumi-la. Todos concordam em atribuir-lhes uma inteligência natural, nunca inferior à de outros povos. Mas, infelizmente, são deficientes na cultura, especialmente as classes populares.

Essa escassez de instrução; esse estreito limite de horizonte dos conhecimentos humanos não lhes pode ser imputado senão considerando-se, igualmente, as condições sociais e políticas sob as quais cresceram. A economia burguesa e a capitalista traz os operários, na Europa, e especialmente na Itália, em tais aperturas financeiras que, de modo algum lhes favorece o adiantamento cultural. De outro lado, o governo austriaco,

até poucos anos atrás, reacionário, feudal e oligárquico, pouco cuidado punha na educação popular, especialmente nas províncias italianas, suspeitas de irridentismo. Favorecia. Ao invés, a influencia clerical, aliada segura nos intuits reacionários, e, assim, a instrução circunscrevia-se às primeiras letras e ao ensino do catecismo.

O mesmo se pode dizer do governo italiano, com esta única diferença: que enquanto a Austria caminha para o progresso e a liberdade, a Itália retrocede para o regime da força. Não é de se admirar, portanto, que na casa do colono, do artifice, ou do negociante de origem italiana, salvo raríssimas exceções, não se encontre um jornal político, uma revista literária, um livro de ciência positiva ou de agricultura. Abundam; entretanto, os livros de rezas e encontram-se um ou outro almanaque católico e um ou outro número de gazetas religiosas. Não é de maravilhar-se, portanto, que o programa ditático nas escolas se resuma a: ler, escrever, as primeiras operações, catecismo e história sagrada. Quando à história civil, geografia, matemática, ciências físicas e naturais, agricultura, higiene, etc. são futilidades perigosas. E, assim, as gerações jovens ignoram o mundo físico, social e intelectual que se agita ao redor dos vales que habitam.

A moral das coletividades é o produto necessário dos fatores antropológico e social. Assim como os operários que emigram, em geral são gente boa; e como a nova vida dos pioneiros, cheia de perigos e de sofrimentos, requer, como elemento necessário a, solidariedade e o bemquerer recíprocos, os primeiros anos da colonização

foram caracterizados por uma alta moral social, que praticava a ajuda fraterna e o sincero desejo do bem estar coletivo.

Mas, quando cada qual se fechou no seu terreno, quando a necessidade desapareceu, dando lugar a relativa abastança; quando começaram as primeiras economias e as primeiras diferenças de fortuna; quando nos novos proprietários despontou o germen capitalista, então, pouco a pouco foi mudando o modo de entender e de praticar a vida social.

Mas, além disso, as condições de moralidade social são bastante boas. São raríssimos os homicídios, doze em 25 anos, alguns em rixas provocadas pela intemperança. Raros, também, os crimes contra pessoas e propriedade. As relações entre devedores e credores decorrem, geralmente, dentro da boa fé e a usura não se desenvolveu. São desconhecidos o ócio e a vagabundagem, o jogo, insignificante; pior é o alcoolismo, com o abuso da cachaça de cana; pode-se calcular que a ele esteja preso 5% da população masculina adulta.

Um fato social novo, que preocupa os pais de família, é o espírito de independência nascido nos filhos com as facilidades de vida, mesmo fora da casa paterna. A família quebra os antigos padrões patriarcais a que até agora esteve presa e tende, irresistivelmente, para a liberdade. Os adolescentes já não suportam a autoridade paterna; exigem que o pai lhes compre novos lotes de terra para nele se estabelecerem, ou que lhes ceda uma parte proporcional dos lucros domésticos e, em todo caso, tendem para o matrimônio precoce e ao es-

tabelecimento por sua própria conta. Assim, os pais se vêem abandonados às suas poucas forças, se não souberam ou não puderam salvar da evidez filial algumas economias que os ajudem a passar a triste velhice.

Esta é, em linhas gerais, a vida civil ao término do século. Faço votos para que, nos próximos cinquenta anos, possamos vê-la mais selecionada e mais pura.

Com quanto o clima destes vales peque por um calor excessivo e úmido no verão, a saúde física da população seria boa se não fosse a incidência insidiosa e constante do «mal da terra», ou anemia.

Mas, como esteja provado que essa doença pode ser evitada com certas precauções higiênicas de limpeza e de alimentação, é de se esperar que o inevitável progresso da civilização e do bem estar, reduzi-la-á aos menores termos.

Assim como é de esperar também que, aumentando um pouco a instrução, vir-se-á a saber que a medicina, a cirurgia, a obstetrícia, a higiene e a farmácia são ciencias ricas de meios capazes de salvar, quase sempre e espontâneamente, a vida humana. E então, abandonando o ceticismo e o fatalismo hoje dominantes e melhor prezando o valor da vida, compreender-se-á que as funções sanitárias não podem, e não devem, ser exercidas, como hoje são feitas, pelas «comadres» e pelos «compadres», e as colônias de origem italiana, terão médicos, parteiras, farmácias, hospitais, pessoas e coisas que, hoje, precisa-se ir buscar em Indaial e em Blumenau, o mesmo que dizer, de 25 a 50 quilômetros de distância.

Notabilíssimo é também a fecundidade entre os colonos de origem italiana; e esta fecundidade parece mais um fenômeno social dependente da abundância dos meios de subsistência. Casais já maduros que haviam cessado, há anos, de proliferar na Itália - a sua ignorância e a sua religiosidade excluem que isso pudesse ser dado por meios malthusianos- aqui começaram alegremente. É muito comum encontrar-se uma dúzia de filhos em torno de casais ainda jovens e parece-me que, em média, se possa contar com um filho cada 18 meses.

Calculo que a população de origem italiana, espalhada pelas colônias de Aquidaban, (1) Rodeio, Guaricana, S. Paulo,(2) Cedros, Tiroleses e Pomeranos, alcance ou supere as 20.000 almas (3).

Apesar de, nesses lugares novos encontrarem-se contrariados indivíduos acostumados às comodidades européias, pode-se afirmar conscienciosamente que o proletariado agrícola encontrou aqui condições de vida muito melhores que as a que estava acostumado na sua pátria de origem. Ninguém tornaria à «amadas plagas» para viver novamente nas condições econômicas do passado.

Terminando esta apresentação sumária da população de língua italiana, depois das considerações objetivas que registrei, para lembrança e para escarmento das novas gerações, concluirei com louvor todo pessoal: O Dr. Hermann Blumenau, conhecedor dos homens e das coisas, acolheu alegremente a colonização italiana, considerando-a como um elemento de progresso da colônia que ele fundara; foi sempre benévolo para com os colonos italianos e a sua memória é respeitada e honrada entre os velhos trentinos. Eu penso que o dr. Blumenau não se enganou e que, malgrado as deficiências apontadas, a população de origem italiana, pela inteligência, pela atividade e pelas qualidades sociais e, especialmente, pelas atitudes latentes que o tempo deverá desenvolver, é e será excelente enxerto na árvore majestosa da grande Pátria Brasileira.

- 1) Hoje Apúina, distrito de Ascurra.
- 2) Hoje Ascurra, sede do Município do mesmo nome.
- 3) Giovanni Rossi escreveu o artigo em 1900. Hoje o número de descendentes dos Colonos italianos, no Vale do Itajaí, território da antiga Colônia Blumenau, sobe a mais de 100.000 almas.

BLUMENAU: Símbolo do Trabalho

Waldir J. Wandall

Se tem falado muito de Blumenau, notadamente sobre a história desta comuna, onde homens pioneiros, trabalhadores e, até certo ponto audazes, desbravaram as matas afujentando os silvícolas e criando o fabuloso rincão blumenauense, do qual, tanto nos orgulhamos. Mas, se numa maneira nossos antecedentes lutaram desmedidamente por um horizonte melhor para seu «modus vivendi», doutra nos legaram um

patrimônio rico em tecnologia e esperanças nos dias futuros através do que industrial de nossa terra.

Fonte inesgotável da transformação de matérias primas em produtos altamente apreciados não só no Brasil como no exterior, é ainda o responsável pelo aproveitamento da maior parte da mão de obra existente na região, quer especializada a níveis superior e médio ou sem nenhuma qualificação.

Estão inseridos no contexto da produção industrial blumenauense desde o adolescente imberbe, à jovem púbere, o pai de família a esposa que auxilia no sustento da casa, o ancião que não se sente a vontade, deixando de trabalhar para gozar sua merecida aposentadoria, pois, em uníssono, todos labutam diuturnamente para a melhoria e o progresso de nossa colméia de trabalho.

As chaminés exalam grossos rolos de fumaça enquanto a máquina ruidosamente vai transformando a matéria prima em produto acabado; ao lado desse trabalho está o homem, a mulher, o ancião, o adolescente alimentando o complexo processo de produção para um número sempre maior de clientes que se extasiam ante os belos produtos lançados no mercado.

Mas, acostumados já estamos ao nosso labor fabril e não o olhamos com o devido respeito do qual é merecedor. Foi através das páginas da revista O DIRIGENTE INDUSTRIAL (Nº 8, Volume XIII, de abril de 1972), editada em São Paulo, que todo Brasil Industrial, por meio de seus capitães, ficou conhecendo o desenvolvimento industrial catarinense.

Para ilustrarmos nossas palavras, destacamos tópicos do artigo inserido na seção «Administração», realçando as citações referentes a Blumenau. Inicia o articulista abordando a administração industrial catarinense e o impulso dado pelo setor financeiro em favor do desenvolvimento das indústrias de Santa Catarina cada vez maior.

Eis um trecho do artigo: «O Vale do Itajaí corresponde a 11,8% da área total do Estado de Santa Catarina. Liderada por Blumenau, cuja legenda de industrialização corre o País, constituem-na ainda as cidades de Rio do Sul, Brusque e Itajaí. É de se lembrar aqui que a região de colonização alemã, que inclui as cidades de Joinville, Brusque e

Blumenau, é responsável por 50% da produção industrial e somente 20% da população do Estado. Colonizada desde 1850, ela se constitui no 10º centro têxtil, à frente de Porto Alegre e Belo Horizonte».

Como pode os leitores notar, o desenvolvimento e a expansão da indústria em nossa região tem pouco mais de uma centena de anos, atingindo com relativa rapidez um lugar de destaque no parque fabril nacional. Deve levar-se em conta ainda que, segundo palavras textuais do articulista... em 1880 surgiram as primeiras indústrias: a Malharia Hering e as Tecelagens Garcia e Karsten. Desta época até a Primeira Guerra instalaram-se ainda alguns artesanatos agrícolas, tipografias e marcenarias. Foi nesta época (1909) que se começou a produzir energia elétrica. Depois da Guerra chegaram outros imigrantes com nova experiência industrial e comercial, o que propiciou a consolidação das indústrias existentes e a formação de outras...»

No trecho que segue o articulista põe em evidência aquilo que dissemos no início desta narrativa: «Segundo o «big shots» da Indústria catarinense, Blumenau - por exemplo - teria sofrido o mesmo surto de progresso se fosse fundada em outro local, pois o que contou em favor seu no processo desenvolvimentista foi mais a chamada «riqueza humana» do que qualquer outro fator. Foi graças à divisão social do trabalho e ao nível de vida bem superior à média brasileira que a região ganhou uma estrutura social e econômica bastante democrática, embora enfrentando fatores adversos, tais como dificuldades de comunicação e a distância das fontes de matérias-primas e dos mercados mais significativos, além, é evidente, dos escassos recursos financeiros.»

Com o moderno processo de democratização do capital industrial, também a indústria blumenauense, ou mais precisamente, do Estado de Santa Catarina abriu suas portas a novos acionistas, facultando, dest' arte, uma mór parte de pessoas se tornarem co-proprietárias das nossas indústrias. E tal acertiva é descrita pela revista O DIRIGENTE INDUSTRIAL da seguinte forma: «Apesar de sua formação, a indústria catarinense tem 29 empresas de capital aberto, entre as 359 sociedades registradas no Banco Central e, destas, 16 são instaladas no Vale do Itajaí, sendo 9 em Blumenau.»

Assim, ao encerrar este artigo, e sem usar de bairrismo exagerado, nossa querida Blumenau é um símbolo do trabalho e da vontade de vencer de nossa gente.



O sociólogo Gilberto Freyre e o escritor J. Ferreira da Silva

Honrosas

Visitas

GILBERTO FREYRE - Em 10 do mes passado, esteve em visita a Blumenau, tendo nos dado a honra de vir à nossa redação, o ilustre sociólogo Professor Gilberto Freyre, intelectual de justo renome, com enorme bagagem literária, em grande parte já traduzida para os mais importantes idiomas. O distinto Professor, acompanhado da exma. esposa veio em companhia do sr. General Jaldir Faustino da Silva, da Academia de Letras, ex-secretário da Educação do Estado e de sua exma. esposa. Recebido pelo sr. Prefeito Municipal, Evelásio Vieira, pelo acadêmico J. Ferreira da Silva e pelo Dr. Max Tavares d'Amaral e exmas. esposas, o conhecido sociólogo visitou as dependências da Biblioteca Municipal, do Museu da Família Colonial e o Parque «Edite Gaertner», manifestando o seu entusiasmo pela ordem notada em todos os setores e pelo carinho com que o diretor e funcionários dessas organizações realizam uma obra meritória e eminentemente cultural.

Depois de um passeio pela cidade, em visita aos principais pontos turísticos, como a igreja matriz, a Avenida Beira-Rio e outros, Gilberto Freyre e sua esposa foram homenageados com um almoço informal no Restaurante «Frohsinn», ao qual compareceram os citados amigos e admiradores do ilustre brasileiro.

AMARAL FONTOURA - Também veio a Blumenau, a 13 do mes de julho, outro conhecido e ilustre sociólogo, o Professor Amaral Fontoura, autor de vários com-

pendios de sociologia e muito estimado pela mocidade estudiosa. S. S. veio acompanhado também pelo Professor Jaldir Faustino da Silva e, em companhia do Diretor deste mensário, percorreu todas as dependências da Biblioteca Municipal, do Museu e do Parque Botânico, tendo registrado, no livro respectivo, as suas impressões dessa tão grata e honrosa visita. Amaral Fontoura já publicou uma série de obras de sua especialidade, muitas das quais ele teve oportunidade de encontrar nas estantes da nossa Biblioteca e não há um único estudante de sociologia que não conheça o seu nome já consagrado como um dos grandes intelectuais da nossa geração.

Damos, a seguir, o texto das impressões deixadas por esses dois laureados sociólogos, no livro de visitas do Museu de Blumenau:

«Verdadeiramente encantado com o que acabo de ver neste Museu, nos seus anexos, na Biblioteca e no Parque - todo um conjunto de valor cultural para os brasileiros de todo o Brasil. Parabens a Ferreira da Silva. 10 de junho de 1972. Gilberto Freyre».

«Percorri, emocionado, este tesouro que é o Museu-Biblioteca-Jardim Botânico de Blumenau. Não conheço nada semelhante no Brasil, pelo imenso acervo, pela organização, pelo carinho com que esta grandiosa obra é conduzida por um magnifico brasileiro - Ferreira da Silva. Agradeço ao general Jaldir Faustino esta maravilhosa visita. Blumenau, 13/7/72. Amaral Fontoura».

CRONOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA

Por GUSTAVO KONDER

— Terceira e Última Parte —

Após a rendição do General Avilêz, no ultimo movimento da Divisão Auxiliadora, em 11 de janeiro de 1822 e sua retirada para a Europa, foi, em 16 do mesmo mes, assim organizado por D. Pedro o novo ministério, sob a chefia do venerável José Bonifácio de Andrade e Silva. Este gabinete era composto de um só ministro brasileiro para três portugueses, não obstante, agradou aos Brasileiros, tal a confiança que depositavam em José Bonifácio, que havia chegado pouco de S. Paulo, como deputado, quando foi escolhido como chefe do gabinete ministerial. O seu nome, já illustre, era bastante conhecido em todo o país. Era o mais velho dos três irmãos Andrade, «os individuos mais ilustrados de toda a provincia», educados na Universidade de Coimbra (Portugal), onde José Bonifácio se doutorou em Leis e Filosofia Natural.

O primeiro cuidado do novo ministério foi acalmar os animos exaltados pelas dissensões partidarias e restabelecer a unidade do governo centralizado, fragmentada pelas Côrtes Portuguezas. Para esse fim, decretou-se, em 16 de Fevereiro de 1822 (após a saída da Divisão Auxiliadora), a convenção de um Conselho de representantes de todas as provincias do Brasil, que deveriam ser eleitos na proporção de um conselheiro para cada provincia, que houvesse dado quatro deputados às Côrtes. Obrigaría a esse corpo consultivo, que era chefiado pelo príncipe regente, aconselhá-lo em todos os assuntos principais e, além disto, organizar projetos de reformas administrativas e encaminhar as reclamações dirigidas pelas provincias. Apenas quatro provincias se submeteram à nova Lei:— Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em Pernambuco e Bahia a tropa portuguesa e a brasileira se revoltaram, pegando armas contra os respectivos governadores, que felizmente conseguiram sufoca-las.

Em 21 de fevereiro de 1822 foi decretado que nenhuma lei, promulgada pelas Côrtes de Lisbôa, fosse reconhecida no Brasil sem o «cumpra-se» do regente.

A 5 de março de 1822, appareceu na barra do Rio de Janeiro a divisão naval portuguesa, que deveria trazer o príncipe à Lisbôa, mas foi impedida a entrar na Baía de Guanabara, tendo obrigado o almirante lusitano a assinar um compromisso de acatar as ordens de D. Pedro. No dia 24, após de ter recebido provisões, voltou a esquadra para Portugal, deixando, porém, 600 homens, completamente desmilitarizados.

Chegando ao Brasil, neste interim, notícias alarmantes, de fonte

oficial, que o Governo Portuguez exigira aos seus consules nos portos estrangeiros que não dessem licença de exportar munições e armamentos para todas as províncias brasileiras, sob pena de confiscação dos navios de carga aos contraventores, considerando esta notificação como uma declaração de guerra. O senado da Camara incorporou-se, em 13 de maio, para pedir ao príncipe que aceitasse o titulo conferido, como «defensor perpétuo do Brasil», ao que D. Pedro aceitou emotivamente para grande regozijo do povo brasileiro. Em proclamação dirigida ao público, em 1º de junho, D. Pedro preveniu contra «os inimigos da santa causa da liberdade do Brasil e sua independência» e, no dia seguinte, instalou o Conselho dos procuradores das províncias brasileiras, tendo dirigido sua alteza real, por ocasião, a «Fala do Trono», prestado juramento dos referidos procuradores e também dos ministros do Estado. D. Pedro agradeceu-os e igualmente prestou juramento de manter a regência.

Tendo havido desarmonia em S. Paulo, entre o Presidente da Junta Provincial e a familia dos Andradas, por causa da expulsão de Martim Francisco, nomeado Ministro da Fazenda, em 14 de julho, substituindo Caetano Pinto de Miranda Montenegro, D. Pedro resolveu partir, em 14 de agosto, à S. Paulo, afim de solucionar este letigio.

A 7 de setembro, quando regressava para o Rio, depois de restabelecer a concórdia paulistana, fazia o príncipe alta da marcha a cavalo no campo do Ipiranga, mais ou menos as 4 e meia horas da tarde, recebeu novos despachos de Lisbôa, que sua esposa, imperatriz Da. Leopoldina, lhe transmitiu por um próprio, o correio Paulo Bregaro, a que José Bonifácio recomendou pressa, aconselhando-lhe:— «Se não arrebentar uma duzia de cavalos no caminho, nunca mais será correio».

Profundamente irritado ficou D. Pedro com as más noticias e, no auge de sua furia, não podendo mais conter os seus ímpetos de justa repulsa, alçou o inesperado grito resonante de «Independência ou Morte!», que foi a Senha Gloriosa de nossa libertação nacional.

Para historiar esta memoravel epopéia, transcrevo o depoimento do Tenente Francisco de Castro Canto e Melo, da comitiva de Dom Pedro, na sua «Memória sobre a Independência do Brasil», escrita em 1864 e existente no Museu Imperial de Petrópolis.

«Ao chegar ao alto da colina, próxima ao Ipiranga a três quartas de légua da cidade (S. Paulo), encontrou o Príncipe o Major Cordeiro, de cujas mãos recebeu os officios e cartas que lhe eram enviados pela Princesa Real e por José Bonifácio, e, ao lê-los, tendo conhecimento das instruções da Côrtes Portuguesas e comunicando-os que o rodeavam, depois de um momento de reflexão, bradou:— «É tempo!... Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!» Em ato continuo, arrancando o laço portuguez que trazia no chapéu o arrojou para longe de si e, desembainhando a espada, ele, e os presentes prestaram juramento de honra que para sempre os ligava á realização da ideia grandiosa de liberdade. A esse tempo vinham ainda a alguma distancia alguns companheiros

de viagem, pelo que ordenou-me o Príncipe que os fosse encontrar, anunciando-lhes a resolução tomada naquele momento. O que foi feito e exclamando todos «Independência ou Morte!», dirigiram-se à capital com a maior velocidade.»

Estavam com D. Pedro, nessa ocasião, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, depois deputado á Constituinte pela provincia de Minas Gerais; o secretário Luiz Saldanha da Gama, depois Marquez de Taubaté; o secretário particular Francisco Gomes da Silva (o famoso Chalaça), dois criados particulares (João Caróta e João Carvalho); o major Francisco de Castro Canto e Melo; o correio Paulo Bregaro e a Guarda de Honra comandada pelo Coronel Antonio Leite da Gama Lobo.

Proclamada a nossa Independência, D. Pedro regressou, a 14 de setembro, ao Rio, tendo galgado essa distancia no mais curto espaço de tempo até então feito. Na noite seguinte, apresentou-se na tribuna do Real Teatro de S. João, trazendo um distintivo no braço esquerdo com a legenda «Independência ou Morte», escolhida oficialmente por lema de nosso movimento libertario em sua proclamação de 7 de setembro.

Somente em 1^o. de Dezembro realizou-se a solenidade de sacramento e coroação de S. M. o Imperador D. Pedro I, que pronunciou a formula sagrada de juramento prescrito pelo aviso 146 de 27 de novembro, tendo igualmente jurado os procuradores gerais e o Senado da Câmara.

Uma realidade dolorosa e comovente:- Trinta anos, 4 meses e 17 dias depois da execução, em praça pública, de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, condenado por liderar a Inconfidência Mineira e conspirar para separar o Brasil de Portugal, o nosso país se proclamava independente, autor da proclamação era um jovem de 23 anos, filho de Dom João VI e neto de Dona Maria I, justamente a Rainha que condenára Tiradentes. Muitos dos olhos que viram a execução do protomártir ainda estavam vivos para ver as festas de aclamação e coroação do primeiro Imperador do Brasil.

Para sucessivas gerações, a imagem que ficou da Independência do Brasil, foi a do quadro do imortal pintor Pedro Americo «O grito do Ipiranga» -foi pintado em 1887 na Italia- :-«Dom Pedro montado a cavalo, no alto de uma colina, a espada erguida, á frente dos civis de sua comitiva e diante da guarda de honra formada em semicirculo. Uma profusão de espadas apontadas para o alto, três ou quatro chapéus e até um guarda chuva acenando e, á beira da estrada, de cujo leito os cavalos inquietos arrancavam uma nuvem de poeira, um tropeiro perplexo e o seu carro de bois.»

A população do Brasil, em 1822, era composta de menos de 5 milhões de habitantes, excluindo a das provincias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Segundo as estatisticas publicadas no livro «Viagem á provincia de Santa Catarina», do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que o nosso Estado possuia mais ou menos 45.000 habitantes, sendo que a freguesia de Destêrro (hoje Florianópolis) era a mais povoada. A vilasinha de Itajaí (antigamente Santissimo Sacramento de Itajahy), a unica do fabuloso e desconhecido Vale do Itajaí, tinha mais ou menos 200 habitantes, incluindo uma parte dos 100 mercenarios portugueses, fixados no tempo do governo de D. João VI, conforme já relatei.

A «HISTORIA DE BLUMENAU»

PAULO FERNANDO LAGO

- Sem surpreender aos que vem acompanhando os trabalhos de J. Ferreira da Silva, a obra, recentemente editada pela EDEME, e patrocinada pelo executivo blumenauense, é excelente contribuição para a compreensão do mais empolgante capítulo do processo de intervenção do elemento humano no espaço geográfico catarinense - a colonização estrangeira.

Acentuadamente rica em dados, em pormenores relacionados com os episódios da formação da sociedade Blumenauense, a meticulosidade narrativa da obra do tijucano por acidente e blumenauense por usucapião, permite nos ver na mesma muito mais do que uma «História de Blumenau».

Embora detida no modelo blumenauense, descendo a níveis de detalhes, manipulando, irresistivelmente, elementos coletados em função da disciplina de trabalho que sempre o caracterizou, J. Ferreira da Silva não foge a uma tessitura analítica e, por que não dizer, inteligente.

É bem verdade que o autor, com uma modéstia pouco desculpável, não teve propósitos de saltar dos limites de Blumenau para um universo maior, em que a confrontação de situações nos encaminhasse à elucidação da problemática da colonização estrangeira e, em especial, da germânica, em Santa Catarina.

Não se pode, pois, dizer que a obra tenha tido esse enderêço, como nitidamente se pôde obser-

var nos trabalhos de Jean Roche, em dois volumes, ao focar o processo da colonização germânica no Rio Grande do Sul.

É dirigida, e o título já o diz, à Blumenau, a colônia mais vedetizada na literatura específica e, hoje, o símbolo de uma experiência árdua e eficazmente elaborada nos meados do século passado e que exhibe um porte de «capital regional», a mais legítima, dentre as demais de Santa Catarina.

Contudo, um bom trabalho, lúcido, rico, sobre a formação dessa bem sucedida experiência, como é o trabalho de J. Ferreira da Silva, é, também, um subsídio, um caminho para outros enfoques.

E, é nesse aspecto que vemos a dimensão maior da obra de um dos mais sérios historiadores catarinenses, que assimila não apenas a ordenação de informações mas ingressa, com impressionante naturalidade, no campo explicativo dos acontecimentos.

Não é obra para ser lida com a tranquilidade com que se lê simples romance sobre situações que começam e acabam. Não é um perfil, hierarquizando de situações que se sucedem irreversivelmente. É um perfil, porém em sentidos diversos, num aparente caos cronológico.

- Elaborada com esta marca intencional de metodologia atual, o trabalho de Ferreira da Silva torna-se eloquente, moderno, processualístico.

Revela-nos, frequentemente por entrelinhas, que a configuração da atual dinâmica econômica, social e cultural da sociedade esquematizada por planejadores argutos, está, ainda, subordinada aos esquemas aparentemente sepultados no tempo.

Com habilidade, e sem provocar, forçadamente, essa revelação, J. Ferreira da Silva chega a isto que, em suma, é historiar, no amplo e útil sentido.

Pelo que apresentou e pelo que por certo ainda apresentará, J. Ferreira da Silva consolida sua posição como escritor, como operário da literatura catarinense.

O conteúdo de artesanato que ela apresenta reflete bem a assimilação dos valores que tanto vêm consagrando essa magnífica colméia que é, em suma, a sociedade blumenauense.

Não é surpreendente que um tijucano tenha sido contaminado de entusiasmo pela magnificência dessa comunidade. Muitos já o foram, como o incurável Theobaldo Jamundá, cuja recente obra sobre o Dr. Hermann Blumenau é das mais valiosas, como Zhedar Perfeito da Silva, em seu expressivo trabalho sobre o «Vale do Itajaí», e muitos outros.

J. Ferreira da Silva é apenas mais um, e dos mais febrís admiradores da grandeza da terra e da gente de Blumenau.

Seu trabalho - «História de Blumenau» - trás, antes de tudo, a mensagem de afetividade a um povo que, pelo que é, tem que ser exaustivamente estudado, pois, como modelo de colonização que foi a colônia fundada por Hermann Blumenau, ainda é, como comunidade modernizada, dinâmica, atrevida e ambiciosa, permanentemente pioneira.

REGISTROS PITORESCOS, ORIGINAIS, EM DOCUMENTOS DO PERÍODO COLONIAL

BRUSQUENSE

AYRES GEVAERD

A Sociedade Amigos de Brusque possui um precioso acervo de documentos originais dos tempos da Colônia Itajahy-Brusque. Há pouco esse acervo foi enriquecido com documentos que pertenceram ao Conselheiro Francisco Carlos de Araujo Brusque ao tempo de sua atuação como Ministro da Marinha e presidente das Províncias do Paraná e Santa Catarina.

São cartas, declarações, solicitações firmadas por personalidades as mais distintas do Império: Duque de Caxias, General Osório, Marques de Abrantes, Visconde do Rio Branco, General João J. Mena Barreto e outros. Esses documentos serão oportunamente expostos na sede social junto com outros, ligados com a história de Brusque.

É meu desejo, hoje, retirar de velhos documentos, palavras e

frases graciosamente originais.

As anotações de nosso primeiro Diretor colonial, todas em portuguez, extensas, detalhadas, ao seu tempo, chegavam a irritar certo presidente da Província ao qual eram destinadas. Há um despacho de S. Excia, que diz assim: «Veja o que quer o sr. Barão com todo este arranzel».

Mas, se na época eram prolixas, hoje, para quem as examinar, são extraordinárias fontes de estudo. A vida brusquense nos seus primeiros seis anos pode ser avaliada e contada em minucias, tão interessantes são os relatos do velho barão.

Seguem pois os registros que achei mais intessantes; além de Schnéeburg, um do barão Klitzing e as famosas «causa mortis» do primeiro vigário de Brusque, padre Alberto Gattone.

A ortografia da época foi devidamente respeitada.

«Também um sacerdote se faz necessário, para confessar, casar e enterrar: Nesse documento, de outubro de 1860, Schnéeburg encarece a necessidade de completar a administração colonial.

«Contra qualquer atentado cobiçoso que possa haver a bordo». «Carta escrita em Destêrro, antes de embarcar, ao presidente da Província, pelo barco de Schnéeburg, portador da importancia de 25:000\$000 solicitando 2 a 3 soldados. Documento de 26 de janeiro de 1862.

«Oh! Exmo. Sr. Sim, Deos é grande! Elle ouviu em tempo as preces de minha alma em agonia, da minha honra assassinada». Frase do barão em documento ao presidente da Província no dia 16 de março de 1862, por ocasião da recuperação da importancia de 9:000\$000 roubada dias antes.

«João Lenschow veio duas ou tres vezes a esta Colônia em qualidade de músico viajante para tocar em ocasião de danças e que sua conduta era regular». Informação do barão respondendo a um officio do Coronel José B. Caldeira de Andrada, delegado da repartição especial de terras públicas e colonização de Santa Catarina. Documento de 15 de julho de 1865.

«Esta igreja, matriz provisória, tem 42 palmos de frente por 72 de fundos construida com esteios, paos de plumo, enripada e barreada... Com pequena torre com um sino de quasi 7 arrobas que ontem, 17 de novembro foi bento e inaugurado. A missa foi celebrada pelo padre A. Gattone estando presentes para cima de 300 pessoas além das que ficaram da parte de fóra». Do Relatório de 18 de novembro de 1866. Na ocasião se celebrava a primeira Missa cantada na Colônia.

«O diretor Cottle, pessoa muito boa, sisuda e circumspecta já enviou de seu moto — próprio, 18 dos piores de seus colonos à delegacia

de polícia de Itajaí». Documento de 4 de março de 1867. O barão de Schnéeburg referia-se à conduta dos colonos irlandezes na «nova Colônia Príncipe Dom Pedro.

«Resposta que podem transportar-se para onde quizerem». Despacho do presidente da Província a uma solicitação do diretor barão de Klintzing pedindo recursos e passagem para outras colônias para viúvas esposas abandonadas por seus maridos, em estado de miserabilidade. Documento de 2 de outubro de 1868 da colônia Príncipe Dom Pedro.

Anotações do padre Alberto Gattone no Livro de Óbitos da Colônia, em 1862, 1863, 1869 e 1870:

CAUSA — MORTIS:

«Cahio no rio - Morreo afogado no rio, não se sabe mais del-
le - Doente do peito - Por mordedura de cobra - Cahio da canôa e mor-
reu na agua - Doença incerta - Parto difficil - Tisica - Morreu em conse-
quencia de uma caída no fogo da cosinha - Matado de uma árvore, caindo
Tosse - Enfermidade incognita - Inflamação do estomago - Mal da terra -
Febre intermitente e parto de gemeos - Paralisia dos dentes - Tiro casual,
por si mesmo, como é provavel - Em consequencia de bichos que tinha
na cabeça - Cahida do cavallo - Vomito de sangue - Em consequencia de pés
inchados - Febres de oranio - Fraqueza da velhice - Parto infeliz - Inflama-
ção da garganta - Constipação - Proveniente de submersão - Inflamação do
ventre - Doença incognita - Cahida do alto - Mal dos sete dias de idade
- Afogado na goela - Por causa de lombrigas - Bebedor reconhecido —
morreu bebado - Total efusão de sangue da veia principal que se rompeu
Molestia interior - Molestia da idade - Pontadas».

Nota: Foi respeitada a ortografia original



Blumenau em Cadernos

Fundação e direção de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

— Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 10,00 —

Caixa Postal, 425 - 89 100 - BLUMENAU - Santa Catarina - Brasil

R E T I F I C A N D O

Do nosso prestimoso colaborador, Gustavo Konder, recebemos a seguinte carta:

Blumenau, 20 de julho de 1972

«Meu caro professor sr. José Ferreira,

Recebi o seu amavel bilhete de 13 do corrente, cujos dizeres me deixaram bastante atrapalhado, por causa dos filhos de D. Pedro I, descritos na minha «Cronografia da Independência», publicada no número de junho próximo passado.

De fato, houve imperdoavel equívoco de minha parte, devido a grande diferença existente nos livros históricos dos eruditos Pedro Calmon e Max Fleiuss.

Para retificar este engano, devo explicar que D. Pedro I teve, da primeira imperatriz Da. Leopoldina, os seguintes filhos: Da. Maria da Glória, a futura rainha de Portugal, em substituição ao seu augusto avô D. João VI; príncipe Pedro, o futuro D. Pedro II; e as princesas Januaria e Francisca, afóra os dois ou três filhos prematuramente falecidos. Da segunda imperatriz Da. Amélia, já no exílio, teve apenas uma filha Maria Amélia, nascida em 1º de dezembro de 1831, em Paris, e mais tarde declarada princesa brasileira, em 5 de junho de 1841, promulgada por D. Pedro II. Morreu tuberculosa aos 22 anos, em 1853, talvez contaminada pela mesma doença do seu finado pai, o ex-D. Pedro I.

Rogo a fineza de publicar esta retificação no próximo número, pelo que desde já agradeço e subscrevo-me com um fraternal abraço do velho amigo».

Gustavo Konder

Companhia

COMERCIAL SCHRADER

BLUMENAU — Santa Catarina

Caixa Postal 4 - Telegramas «CIASCHRADER»

110 anos de tradição no comércio do
Vale do Itajaí

Sede, Administração, Escritório e Lojas

Rua 15 de Novembro, No. 117

Telefones: 22-0411 e 22-0736

Depositos: Rua Itajaí, 260

Telefone: 22-0429

Oficina mecânica especializada "MERCEDES BENS"

Rua Itajaí, 625

Telefone: 22-0450

Revendedores de Chassis e peças «MERCEDES-BENS»

Lubrificantes «MOBILOIL»; pneus e câmaras de ar

«DUNLOP» e «PIRELLI»

Agentes Gerais da "CIA. BOAVISTA DE SEGUROS" e "SANTA CRUZ"

Cia. de Seguros Gerais

Telefone: 22-1024

**Distribuidora Catarinense
de Tecidos S/A.**

Rua XV de Novembro, 25 — Caixa Postal, 157

Telegramas: «DISTRIBUIDORA»

Fones: 22-0825 e 22-0827

BLUMENAU - S. C.

Tecidos e Artefatos das Melhores Fábricas Têxteis do País

Vendas Somente por Atacado